

Governança ESG e Greenwashing Estrutural: Contradições e Disputas de Poder na Cadeia da Carne Bovina Brasileira

Introdução

A ascensão dos critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*), impulsionada pelo Manifesto de Davos (WEF, 2020), consolidou-os como linguagem dominante da sustentabilidade corporativa. Entretanto, à medida que se tornam padrão institucional, crescem as críticas quanto à sua efetividade, sobretudo pela apropriação reputacional em detrimento de transformações substantivas.

No agronegócio brasileiro, em especial na cadeia da carne bovina, entrevistas e documentos indicam que o ESG tem sido adotado mais como exigência institucional do que como compromisso ético. Questionários aplicados a consumidores reforçam esse diagnóstico, revelando desconfiança quanto à veracidade das certificações e relatórios, configurando um padrão de greenwashing estrutural. Diante disso, emerge o problema central: compreender se o ESG atua como mecanismo neutro de avaliação da sustentabilidade ou como dispositivo simbólico de poder que organiza disputas de legitimidade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente os fundamentos, usos e efeitos da governança ESG na cadeia da carne bovina no Sudoeste de Mato Grosso. Especificamente, busca-se: (i) mapear como diferentes stakeholders entendem o ESG; (ii) analisar os mecanismos de greenwashing discursivo e simbólico; e (iii) identificar as assimetrias epistêmicas, tecnológicas e informacionais que limitam sua efetividade.

Fundamentação Teórica

O ESG consolidou-se como linguagem hegemônica da sustentabilidade corporativa, sendo amplamente incorporado em relatórios, métricas e certificações. A literatura reconhece sua difusão global, mas aponta limitações quanto à efetividade de seus indicadores e à distância entre narrativas e práticas, especialmente em setores de forte impacto socioambiental, como o agronegócio (Amel-Zadeh & Serafeim, 2018).

O debate teórico clássico articula contribuições das Teorias da Agência, dos Stakeholders, Institucional e da Legitimidade. Em conjunto, essas abordagens ajudam a compreender como organizações respondem a pressões externas, buscam legitimar suas ações e equilibram relações com múltiplos públicos (Freeman, 1984; Jensen & Meckling, 1976; Meyer & Rowan, 1977; Suchman, 1995). No entanto, tais teorias frequentemente assumem a neutralidade dos mecanismos de avaliação da sustentabilidade.

Para além dessas leituras, emergem perspectivas críticas que questionam o ESG como campo neutro. Autores indicam que ele pode funcionar como dispositivo simbólico e performativo, que naturaliza práticas de *greenwashing*, simulações institucionais e racionalidades reputacionais (Meyer & Rowan, 1977; Delmas & Burbano, 2011; Vilanova & Bazanini, 2023). Esse deslocamento permite ver o ESG não apenas como ferramenta técnica, mas como arena de disputas de poder e legitimidade.

Nesse sentido, categorias críticas como justiça epistêmica, exclusão tecnológica e democracia informacional tornam-se relevantes. Elas permitem compreender como o ESG pode invisibilizar saberes locais, reforçar barreiras de entrada e ampliar desigualdades, especialmente em cadeias globais como a da carne bovina brasileira. Assim, a fundamentação teórica sustenta a análise do ESG como linguagem performativa e dispositivo de controle simbólico.

Metodologia

O estudo adota uma epistemologia crítica e abordagem qualitativa de caráter interpretativo, compreendendo o ESG como artefato simbólico e performativo. A estratégia metodológica de triangulação combinou revisão integrativa de literatura (2015–2025), análise documental de relatórios corporativos (JBS, 2023; Marfrig, 2024) e materiais institucionais, entrevistas semiestruturadas com stakeholders da cadeia bovina (pecuaristas, SENAR, sindicatos, supermercados, INDEA e MAPA) e questionários aplicados a 123 consumidores urbanos.

A lógica de análise foi indutivo-dedutiva, articulando categorias teóricas prévias com padrões emergentes das falas, documentos e percepções dos consumidores. Essa triangulação possibilitou a identificação de cinco eixos críticos centrais: (i) simulação institucional e uso simbólico do ESG; (ii) desconexão entre narrativa e prática; (iii) exclusão tecnológica; (iv) invisibilidade epistêmica de saberes locais; e (v) disputa simbólica por legitimidade. Tal opção metodológica fortalece tanto a consistência empírica quanto a crítica epistemológica do estudo.

Análise e Discussão dos Resultados

Os dados empíricos revelam que o ESG opera predominantemente como dispositivo simbólico, funcionando mais como gramática reputacional do que como prática transformadora. Relatórios corporativos e discursos institucionais evidenciam a ritualização de expressões como “carbono neutro” e “cadeia verde”, que performam legitimidade sem vínculos consistentes com transformações substantivas (Meyer & Rowan, 1977).

Essa simulação institucional, reforçada pela opacidade dos relatórios e pela ausência de auditorias independentes, corrobora a tese do *greenwashing* estrutural (Amel-Zadeh & Serafeim, 2018), em que a conformidade discursiva substitui compromissos reais. Entrevistas com técnicos e produtores apontam para a dissonância entre narrativa e prática, confirmando que a adesão ao ESG responde mais a pressões reputacionais do que a exigências éticas ou socioambientais.

Além disso, emergiram três exclusões estruturais que tensionam a efetividade do ESG: (i) a exclusão tecnológica, marcada pela dificuldade de pequenos produtores em acessar ferramentas digitais de rastreabilidade e certificação (Pooe & Munyanyi, 2025); (ii) a invisibilidade epistêmica, que deslegitima práticas agroecológicas e saberes locais não traduzíveis na linguagem das certificadoras globais (Escobar, 2005); e (iii) a disputa simbólica por legitimidade, na qual o ESG funciona como moeda reputacional, privilegiando atores com maior capital comunicacional e institucional (Bebchuk & Tallarita, 2020).

Esses achados confirmam que o ESG, longe de ser apenas um mecanismo técnico de governança, deve ser interpretado como linguagem performativa em disputa, estruturada por dinâmicas de poder, exclusão e dominação simbólica.

Considerações Finais

Este estudo demonstra que o ESG na cadeia da carne bovina brasileira funciona como dispositivo simbólico e performativo, mais associado à simulação institucional e à blindagem reputacional do que à indução de mudanças substantivas. A triangulação metodológica permitiu identificar cinco eixos críticos: ritualização normativa desconectada da prática, dissonância entre narrativa e efetividade, exclusão tecnológica, invisibilidade epistêmica e disputa simbólica por legitimidade. Esses achados evidenciam que o ESG, embora amplamente difundido, reproduz assimetrias institucionais e cognitivas, reforçando práticas de *greenwashing* estrutural.

Como contribuição, propõe-se um modelo multiteórico que articula teorias organizacionais clássicas (Agência, *Stakeholders*, Institucional e Legitimidade) com

abordagens críticas emergentes (justiça epistêmica, exclusão tecnológica e colonialidade do saber). Do ponto de vista prático, recomenda-se a construção de mecanismos avaliativos que combinem verificabilidade empírica, sensibilidade territorial e pluralidade epistêmica. Assim, o ESG poderá deixar de ser mera gramática reputacional e tornar-se instrumento de reconstrução institucional e de reconhecimento de saberes historicamente silenciados, abrindo espaço para uma sustentabilidade situada, política e transformadora.

Referências

- Amel-Zadeh, A., & Serafeim, G. (2018). Why and how investors use ESG information: Evidence from a global survey. *Financial analysts journal*, 74(3), 87-103. <https://doi.org/10.2469/faj.v74.n3.2>
- Bebchuk, L. A., & Tallarita, R. (2020). The illusory promise of stakeholder governance. *Cornell L. Rev.*, 106, 91. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3544978>
- Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 133-168. Recuperado de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman, Boston.
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- JBS S.A. (2023). *Relatório de Sustentabilidade 2023*. Recuperado de <https://www.jbs.com.br/sustentabilidade/ras/relatorios/>.
- Marfrig Global Foods S.A. (2024). *Relatório de Sustentabilidade 2024*. Recuperado de <https://ri.marfrig.com.br/informacoes-financeiras/relatorios-anuais/>.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, 83(2), 340-363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Pooe, D., & Munyanyi, W. (2025). *Digital technologies and the future of sustainable agri-food value chains in Africa*. *Sustainability in Debate*, 16(1), 190–205. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v16n1.2025.58890>
- Vilanova, M. E. M., & Bazanini, R. (2023). Proposta de modelo de indicadores sustentáveis para cadeia produtiva da carne bovina brasileira: combate às práticas de greenwashing. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 13(4), 177-196. <https://doi.org/10.18696/reunir.v13i4.1577>
- World Economic Forum. (2020). *Davos Manifesto 2020: The universal purpose of a company in the fourth industrial revolution*. Geneva: WEF.